

CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Há problemas, mas governo tem vitórias no Congresso

96 milhões sem ação

Na Copa de 1970, quando ainda era bem menor a população brasileira, a música que embalou o tri começava dizendo: “90 milhões em ação”. Curiosamente, é um número bem próximo daqueles que, na pesquisa espontânea da Quaest, se declaram ainda indecisos: 62%, o que, transformado em números dá 96 milhões de eleitores. O voto espontâneo é aquele no qual não se apresenta uma lista de candidatos. É verdade que esse percentual se reduz bastante quando se apresenta uma lista de candidatos: os indecisos ficam apenas em 5%. Mas o dado é importante porque mostra um percentual muito alto de pessoas que ainda não fixaram de fato uma preferência eleitoral.

Eleitor entra e digita o número

E, no fundo, é assim que atualmente se vota com a urna eletrônica. O antigo voto impresso era mais próximo da experiência na qual se mostra uma lista de candidatos. Os nomes estavam na cédula e o eleitor escolhia um. Com a urna eletrônica, não há mais uma lista apresentada ao eleitor, ele entra e digita o número do seu candidato. Na avaliação dos cientistas políticos André Cesar e Alvaro Maimoni, da Hold Assessoria, o dado importa.

Divulgação



Entre hoje e as eleições, haverá uma Copa do Mundo

Só depois da Copa do Mundo

Em um artigo intitulado “Governo em Xequê?”, Cesar e Maimoni apontam que as eleições de outubro ainda estariam em aberto, embora muito desafiadoras para a reeleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Somente depois das convenções em junho ou julho é que os partidos oficialmente definirão seus candidatos”, observa André Cesar. “É só a partir daí que o eleitor de fato começará a considerar mais”, continua. E, aí, retornamos ao ponto inicial desta coluna: “Hoje, o número de pessoas preocupada com a Copa do Mundo é maior”, diz André.

Governo mantém vitórias

Ou seja, será comente depois que os 96 milhões entrarão “em ação”. Se serão capazes ou não de virar a tendência eleitoral, só o tempo dirá. Mas, para André e Maimoni, há hoje uma série de fatores que indicam cautela quanto ao que acontecerá daqui a seis meses. Para os dois cientistas políticos, o governo Lula teve e tem vitórias pontuais que não podem ser desprezadas.

POR
RUDOLFO LAGO

CPIs

Vitórias que mostram que, pelo menos, respira quanto à sua articulação política. Na semana passada, por exemplo, aprovou o nome do deputado Odair Cunha (PT-MG) para o Tribunal de Contas da União. Caminha para aprovar o advogado-geral da União para o STF. Derrubou relatórios de duas CPIs.

Economia

Na avaliação de André Cesar, há um descolamento hoje do sentimento das pessoas com relação aos dados reais da economia. Os dados de inflação, desemprego, valorização da moeda não deveriam refletir o sentimento da população quando mais da metade aponta na pesquisa que a economia piorou.

Comunicação

“E aí, isso será muito tarefa da comunicação”, observa o cientista político. Para André Cesar, as críticas que são feitas de que a equipe de Sidônio Palmeira hoje não consegue fazer levar à população esses ganhos não seriam injustas. Entre pacas e escolas de samba, tudo isso se dilui.

Novidades

Para André Cesar, ainda que as pesquisas mostrem a polarização entre Lula e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), será preciso avaliar as novidades. Como a possível entrada de Ciro Gomes como candidato pelo PSDB. “Não parece provável, e não duvidaria se ele viesse a ter desempenho pior que em 2022, mas será preciso observar”.

Troca

Ou mesmo a troca de Lula. Ventilada pelo próprio presidente, a ideia, até por isso, não deve ser descartada. Na sexta-feira (17), em entrevista ao jornal alemão Der Spiegel, novamente Lula sobre sua candidatura disse que “depende”, embora tenha dito que sua disposição é de “100%” e que irá “ganhar”.

Haddad

Algumas pesquisas não oficiais já estariam testando a hipótese de Haddad no lugar de Lula. Ele entrou no jogo pelo governo de São Paulo com índices que surpreenderam. “A atuação no Ministério da Fazenda o credenciou na Faria Lima”, observa André. O jogo, assim, ainda não está jogado.



Análise foi interrompida por pedido de vista da oposição

Depois do feriado, CCJ discute PEC da escala 6x1

STF julga prisão de ex-presidente do Banco de Brasília

Por Gabriela Gallo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados retoma nesta quarta-feira (22) o julgamento acerca da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da escala de trabalho 6X1, na qual o empregado trabalha seis dias da semana e folga um.

Vale destacar que os membros da CCJ não votarão pela aprovação da matéria, mas analisarão se a medida é constitucional e pode continuar tramitando.

Se aprovada na comissão, será criada uma comissão especial para analisar a redução da jornada de trabalho. Uma vez instalada a comissão especial, será escolhido um novo relator para analisar a medida e, finalmente, começará o debate sobre possíveis alterações no texto.

Na última semana, o relator da proposta, deputado federal Paulo Azi (União Brasil-BA), leu e apresentou parecer favorável à medida. Contudo, a discussão do tema foi adiada após pedido de vista coletivo dos deputados Lucas Hedecker (PSD-RS) e Bia Kicis (PL-DF), alegando que precisavam de mais tempo para analisar o relatório por se tratar de um tema sensível.

Nesta sexta-feira (17), o ministro de Relações Institucionais, José Guimarães, se reuniu com o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republica-

nos-PB), para acelerar a tramitação do projeto e alinhar pontos centrais do texto, tal como amenizar divergências da medida entre os poderes Executivo e Legislativo.

STF

Já no poder Judiciário, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) também inicia nesta quarta-feira o julgamento que define a manutenção (ou não) da decisão monocrática do ministro da Corte André Mendonça de prisão do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, acusado de aceitar propina para o BRB comprar o Banco Master. O julgamento será em plenário virtual: os magistrados do colegiado terão até 23h59 de sexta-feira (24) para votar a medida.

A decisão de Mendonça foi expedida na última quinta-feira (16) quando foi realizada a quarta fase da Operação Compliance Zero da Polícia Federal (PF) que prendeu preventivamente o ex-presidente do BRB e o advogado Daniel Lopes Monteiro, apontado como operador jurídico financeiro do esquema investigado.

De acordo com as investigações dos agentes de segurança, Paulo Henrique Costa aceitou receber seis imóveis, avaliados em R\$ 146,5 milhões, do dono do Master, Daniel Vorcaro, para garantir que o BRB comprasse o Banco Master.